

Mais do que Moral, Civil ou Cerimonial: Entendendo a Lei do Antigo Testamento na Nova Aliança (Deuteronômio 6:5; Levítico 19:18)

Autor: Diego Vieira Dias | Grupo: Teologia e Pregações | Data: 07/11/2025 19:25

1. Introdução: O Desafio de Lidar com o Antigo Testamento

Como cristãos, encontramos nosso lar espiritual na Nova Aliança, nos ensinamentos de Cristo e dos apóstolos. O Novo Testamento é a lente pela qual lemos toda a Escritura. No entanto, ele não surgiu no vácuo; está profundamente enraizado na revelação anterior, o Antigo Testamento.

Essa relação levanta uma das questões mais complexas para a fé: **como devemos lidar com a Lei do Antigo Testamento hoje?**

Por um lado, o Antigo Testamento contém elementos que não fazem mais parte da nossa prática de fé. Não oferecemos sacrifícios de animais, não mantemos um sacerdócio levítico, nem seguimos rituais de purificação cerimonial. Por outro lado, o mesmo Antigo Testamento contém os Dez Mandamentos e princípios de justiça e santidade que parecem ecoar profundamente em nossa consciência cristã.

A própria Escritura da Nova Aliança parece apresentar essa tensão. O Senhor Jesus declarou que não veio para anular a Lei, mas para cumpri-la:

"Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir." (Mateus 5:17, Almeida Revista e Atualizada - ARA)

Contudo, ao lermos as epístolas, como a carta aos Gálatas, encontramos o apóstolo Paulo argumentando vigorosamente que os crentes não estão mais debaixo da tutela da lei mosaica como meio de justificação (Gálatas 3:24-25).

Como, então, decidimos o que ainda é válido e o que foi cumprido em Cristo? O que devemos seguir e o que devemos entender como parte de uma aliança anterior? Esta tensão não é um erro nas Escrituras, mas um convite para um entendimento mais profundo do propósito de Deus revelado ao longo da história.

2. A Solução Comum: A Divisão Tripartite da Lei é Confiável?

Diante do desafio de interpretar a Lei Mosaica, uma das soluções mais ensinadas e difundidas na história da igreja, especialmente na tradição reformada, é a **divisão tripartite da lei**.

Essa **abordagem clássica** sugere que os mandamentos do Antigo Testamento podem ser categorizados em três "gavetas" distintas:

- A Lei Moral:** Refere-se aos mandamentos que refletem o caráter santo e imutável de Deus, como os Dez Mandamentos. Argumenta-se que esta parte da lei é universal e perpétua, permanecendo válida para os cristãos de todas as épocas.
- A Lei Civil:** Abrange as leis que governavam a nação de Israel como uma entidade política e social no Antigo Oriente. Como a teocracia de Israel não existe mais, essas leis (como as de punição civil ou organização social) não seriam mais diretamente aplicáveis.
- A Lei Cerimonial:** Inclui todos os rituais, sacrifícios, festas e regulamentos do sacerdócio e

do tabernáculo (e depois, do Templo). Esta lei é vista como tendo sido inteiramente cumprida na pessoa e na obra de Jesus Cristo, nosso Sumo Sacerdote, sendo, portanto, revogada.

Essa divisão parece, à primeira vista, resolver a tensão. Ela permite que o cristão afirme que "não estamos debaixo da lei" (referindo-se à civil e cerimonial), ao mesmo tempo que sustenta a validade dos Dez Mandamentos (a lei moral).

No entanto, essa divisão é realmente ensinada pelas Escrituras?

Quando olhamos atentamente, percebemos que nem o Antigo nem o Novo Testamento fazem essa distinção explícita. O apóstolo Paulo, por exemplo, refere-se à "Lei" (em grego, *nomos*) como uma entidade singular e unificada.

Curiosamente, quando o próprio Jesus foi questionado sobre o maior mandamento, Ele não apontou exclusivamente para os Dez Mandamentos. Sua resposta uniu duas leis de livros diferentes, tratando-as como o resumo de *toda* a Lei e os Profetas:

"Respondeu-lhe Jesus: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas." (Mateus 22:37-40, ARA)

Ele cita Deuteronômio 6:5 e Levítico 19:18, unindo o que hoje chamaríamos de "moral" (amar a Deus) com o que estava no coração da "lei civil e de santidade" de Israel (amar o próximo).

Embora a visão tripartite tenha sido útil, muitos teólogos e acadêmicos hoje argumentam que ela é uma estrutura imposta ao texto bíblico, e não derivada dele. Essa percepção nos leva a questionar se essa é a melhor forma de entender nossa relação com a totalidade da revelação mosaica.

3. Os Extremos Perigosos: O Erro do Legalismo e do Antinomismo

Quando tentamos resolver a relação entre as duas Alianças sem o devido cuidado, corremos o risco de cair em dois extremos teológicos opostos, ambos prejudiciais à fé cristã saudável: o Legalismo e o Antinomismo.

O Legalismo (Continuidade Extrema)

De um lado, temos o **legalismo** (ou "judaísmo messiânico", em suas formas mais extremas). Essa visão falha em reconhecer o progresso da revelação e a descontinuidade trazida pela Nova Aliança em Cristo.

Grupos legalistas tendem a colocar os cristãos sob uma subserviência indevida à Lei Mosaica, tratando-os como se ainda fossem judeus da Antiga Aliança. Isso pode se manifestar na insistência em rituais, no uso de vestes sacerdotais, na observância de festas judaicas ou na guarda do sábado como um requisito para a salvação ou santificação.

Essa abordagem ignora o ensino claro do Novo Testamento, especialmente em livros como Gálatas e Hebreus, que afirmam que Cristo é o fim da lei para a justiça (Romanos 10:4) e que fomos libertos da antiga aliança para servir em novidade de Espírito (Romanos 7:6).

O Antinomismo (Descontinuidade Extrema)

No extremo oposto, encontramos o **antinomismo** (literalmente, "contra a lei"). Essa posição argumenta que não temos absolutamente *nenhum* relacionamento com a Lei do Antigo Testamento.

Historicamente, essa visão foi defendida por figuras como Marcião, no século II, que chegou a ensinar que o Deus do Antigo Testamento era uma divindade inferior e má, da qual Jesus veio nos libertar. Embora poucas pessoas defendam isso hoje, o espírito do antinomismo sobrevive.

Ele pode ser visto em movimentos de "hipergraça" que excluem completamente o Antigo Testamento da vida da igreja, ou em teologias liberais que descartam porções das Escrituras como "cruéis" ou "sub-cristãs". O resultado é uma fé sem fundamentos éticos claros, baseada apenas em um "princípio do amor" vago e subjetivo, divorciado da revelação objetiva de Deus.

Ambos os extremos falham. O primeiro ignora a *novidade* da Nova Aliança; o segundo ignora a *unidade* do plano de Deus. A verdadeira resposta deve estar em um caminho que honre tanto a autoridade do Antigo Testamento quanto a supremacia de Cristo.

4. Por que a Divisão Tripartite é Questionada Hoje?

Embora a divisão tripartite (moral, civil, cerimonial) tenha sido uma ferramenta teológica dominante por séculos, ela tem enfrentado críticas crescentes no meio acadêmico e teológico. A principal razão é que, ao ser examinada de perto, essa divisão parece ser uma grade interpretativa imposta *sobre* a Bíblia, e não uma estrutura extraída *da* Bíblia.

Diversos teólogos respeitados, como D.A. Carson, Douglas Moo e Jason Myers, apontam para várias dificuldades insuperáveis dessa abordagem:

1. A Lei é Tratada como uma Unidade

O Novo Testamento não fala em "leis" no plural quando se refere à aliança mosaica; ele fala "a Lei" (*nomos*), no singular. O apóstolo Paulo, por exemplo, trata a Lei como uma entidade unificada. Ele argumenta que guardar uma parte da Lei obriga a pessoa a guardar *toda* ela:

"E de novo protesto a todo homem que se deixa circuncidar que está obrigado a guardar toda a lei." (Gálatas 5:3, ARA)

Isso indica que Paulo via a Lei como indivisível. Tentar "fatiar" a Lei em partes que continuamos e partes que descartamos vai contra a forma como os próprios apóstolos parecem tê-la entendido.

2. As Categorias são Inseparáveis

Na prática, é quase impossível "desembaraçar" os fios da Lei. Muitos mandamentos que classificaríamos como "civis" ou "cerimoniais" estão profundamente entrelaçados com princípios "morais".

- A lei que proíbe a cobrança de juros de um irmão pobre (Êxodo 22:25) é civil ou moral?
- O mandamento do Sábado, que está nos Dez Mandamentos ("moral"), não tem também um aspecto cerimonial e civil fundamental para Israel?
- As leis sobre não adulterar o peso da balança (Levítico 19:36) são civis ou morais?

A verdade é que a Lei mosaica apresenta a moralidade *dentro* de um contexto civil e cerimonial. Separar as três é um exercício artificial que o próprio texto não sustenta.

3. A Divisão nos Torna "Surdos" à Sabedoria da Lei

Quando rotulamos uma lei como "civil" ou "cerimonial" e a descartamos, corremos o risco de perder a sabedoria divina contida nela. Os próprios autores do Novo Testamento não faziam isso.

Paulo, em 1 Coríntios 9, usa uma lei agrária para defender o sustento pastoral, citando Deuteronômio 25:4:

"Pois na lei de Moisés está escrito: Não atarás a boca ao boi, quando pisa o grão. Acaso, é com bois que Deus se preocupa? Ou é, seguramente, por nós que ele diz isso? Certo que é por nós que está escrito..." (1 Coríntios 9:9-10, ARA)

Para Paulo, mesmo uma lei aparentemente "civil" ou "agrária" continha um princípio divino com aplicação direta para a Igreja da Nova Aliança. Se descartarmos essas porções da lei, perdemos a profundidade que os apóstolos viram nelas.

4. A Divisão é Arbitrária

Por que dividir em três partes? Por que não quatro, cinco ou sete? Poderíamos criar categorias como "leis dietéticas", "leis de vestuário" ou "leis agrárias". A escolha de "moral, civil e cerimonial" é, em grande parte, uma convenção teológica posterior (popularizada por Tomás de Aquino) e não uma ordem bíblica.

Por essas razões, uma abordagem mais recente propõe olhar para a Lei Mosaica não como um código a ser particionado, mas como uma revelação a ser compreendida em sua totalidade.

5. Um Novo Olhar: A Lei como "Escritura" e Não como "Código"

Se a divisão tripartite da Lei é uma ferramenta humana com falhas significativas, como devemos, então, abordar o Antigo Testamento? A resposta que tem ganhado força é mudar a *forma* como nos relacionamos com a Lei Mosaica.

O teólogo Jason Myers propõe uma distinção crucial: devemos diferenciar a Lei de Moisés como **Escritura** da Lei de Moisés como um **Código de Leis**.

1. **A Lei como "Código" (Autoridade Indireta):** Para o Israel da Antiga Aliança, a Lei Mosaica funcionava como um código legal direto e obrigatório. Era a constituição nacional, e violá-la (seja um aspecto civil, cerimonial ou moral) trazia consequências imediatas. Sob a Nova Aliança, esse sistema, ou "economia da lei mosaica", chegou ao fim. Nós não estamos mais debaixo daquele código específico (Romanos 6:14). Nesse sentido, sua autoridade como *código legal* para nós é indireta.
2. **A Lei como "Escritura" (Autoridade Direta):** Embora a economia mosaica tenha sido cumprida, a Lei de Moisés permanece como parte da Palavra revelada de Deus. Como *Escritura*, ela mantém autoridade divina direta sobre nós. É aqui que entra o famoso texto de Paulo a Timóteo:

"Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra." (2 Timóteo 3:16-17, ARA)

Quando Paulo escreveu isso, a "Escritura" que ele tinha em mente era primariamente o Antigo Testamento, incluindo a Lei.

Essa abordagem muda nosso objetivo. A tarefa do cristão não é mais "dividir" a Lei para ver "quais pedaços obedecer". Em vez disso, a tarefa é interagir com a *totalidade* da Lei (moral, civil e cerimonial) como nossa Escritura divinamente inspirada, buscando entender os princípios eternos que ela revela.

Não descartamos a lei sobre o boi (1 Coríntios 9) como "agrária"; nós perguntamos qual princípio ela nos ensina sobre justiça e cuidado. Não descartamos as leis cerimoniais; nós olhamos para elas e vemos a santidade de Deus e a profunda necessidade de um sacrifício perfeito (como faz o livro de Hebreus).

Nessa visão, nada da Lei é norma direta para o crente, mas *tudo* na Lei é princípio para o crente. Nós não obedecemos à Lei Mosaica; nós aprendemos com a Lei Mosaica para obedecer àquele para quem ela apontava: o Senhor Jesus Cristo.

6. Conclusão: Vivendo pela "Lei de Cristo" com a Sabedoria de Moisés

O relacionamento do cristão com o Antigo Testamento não é de rejeição, nem de servidão legalista. É um relacionamento de **cumprimento**.

Ao não dividir mais a Lei de forma artificial, somos libertos para apreciá-la em sua totalidade como uma revelação da sabedoria de Deus. A economia da Lei Mosaica, com suas regras e sacrifícios, foi maravilhosa em seu tempo, mas serviu ao seu propósito como um tutor, projetado para nos conduzir até a chegada daquele que era a substância de todas as suas sombras (Gálatas 3:24).

Hoje, não vivemos mais sob a "Lei de Moisés" como um código, mas sim sob a "Lei de Cristo" (Gálatas 6:2; 1 Coríntios 9:21).

"Levai as cargas uns dos outros e, assim, cumpreis a lei de Cristo." (Gálatas 6:2, ARA)

Esta "Lei de Cristo" é o mandamento do amor (Mateus 22:37-40), escrito não em tábuas de pedra, mas em nossos corações pelo Espírito Santo, como prometido na Nova Aliança (Jeremias 31:33; 2 Coríntios 3:3).

Nessa nova dinâmica, a Lei Mosaica inteira se torna um guia indispensável e útil. Ela não é mais o *código* que nos governa, mas é a *Escritura* que nos ensina. Ela nos mostra a profundidade do pecado, a santidade de Deus, a necessidade de redenção e os padrões de justiça que agradam ao nosso Senhor.

Não seguimos a Lei para sermos justificados, mas, porque fomos justificados em Cristo, olhamos para a Lei com novos olhos — os olhos da Nova Aliança — e encontramos nela sabedoria atemporal para vivermos de modo digno da vocação que recebemos, cumprindo, pelo poder do Espírito, o seu verdadeiro propósito: amar a Deus de todo o coração e ao nosso próximo como a nós mesmos.

Analogia

Meus amados, chegai-vos a mim.

Vejo que vossos corações estão perplexos. Vós lestes a Lei que meu Pai deu a Moisés no monte e os escritos dos Profetas. Vedes mandamentos sobre sacrifícios e dias santos, sobre terras e sobre juízes, e também sobre amar a Deus e não matar.

E então vós me ouvis falar de uma Nova Aliança e do Reino de Deus, e me perguntais em vosso

Íntimo: "Mestre, o que devemos guardar? Como podemos servir a Deus se a Lei parece tão vasta e antiga?"

Em verdade, em verdade vos digo: guardai-vos de dois caminhos perigosos.

Há aqueles que se assemelham aos fariseus. Eles pegam a Lei e a transformam num fardo pesado. Eles coam o mosquito, mas engolem o camelo. Querem que vós vivaís como se o Noivo ainda não tivesse chegado, insistindo em rituais e sombras, esquecendo-se da justiça, da misericórdia e da fé. Eles honram a letra escrita na pedra, mas seus corações estão longe do Pai. Não sejais como eles.

Mas há também os que, vendo a liberdade do Reino, dizem: "A Lei é velha e não serve mais. Foi dada por um Deus severo, mas agora conhecemos o amor". Estes falam como insensatos. Pensais que vim destruir o que meu Pai construiu? Pensais que o Deus que deu a Lei não é o mesmo Pai que me enviou? Quem me vê, vê o Pai. A Lei é santa, justa e boa.

"Então, Mestre", perguntais, "como conciliamos isso?"

Ouvistes o que foi dito pelos mestres de Israel: que uma parte da Lei é **moral**, como os Dez Mandamentos; outra é **civil**, para governar o povo; e outra é **cerimonial**, para o Templo.

Eles pegam o manto da revelação do Pai e o rasgam em três partes. Dizem: "Guardaremos esta parte moral, mas as outras duas já passaram".

Eu, porém, vos digo: a Lei não pode ser rasgada. Ela é uma só, pois o coração do Pai é um só.

Quando a Lei diz: "Não atarás a boca ao boi, quando pisa o grão", pensais vós que o Pai se preocupa apenas com os bois? Ou foi dito inteiramente por vossa causa? Se jogardes fora as leis "civis" e "cerimoniais", perdereis a sabedoria que o Pai escondeu nelas para vós. A Lei inteira fala de mim.

Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas. **Eu não vim para revogar, mas para cumprir.**

O que significa "cumprir"? O sacrifício do cordeiro apontava para o meu sacrifício. O Templo de pedras apontava para o meu corpo, o verdadeiro Templo. As leis de pureza apontavam para a pureza do coração que só o meu Espírito pode dar.

A Lei foi como um tutor, um guia severo que vos mostrou o que é o pecado e vos guardou até que a fé chegasse. Mas agora que eu vim, vós não estais mais debaixo desse tutor.

Vós não estais mais debaixo de um "código" escrito em pedras. Agora, eu escrevo a minha Lei, a Lei do Reino, em vossos corações, pelo Espírito Santo.

Qual é esta Lei? É aquela que eu vos resumi:

"Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. E amarás o teu próximo como a ti mesmo." (Mateus 22:37, 39)

Portanto, não dividaís mais a Lei antiga. Em vez disso, lede-a inteira através de mim. Usai-a não como escravos de um código, mas como filhos que buscam a sabedoria do Pai.

Toda a Escritura é útil para vos ensinar, corrigir e treinar na justiça. Mas ela não é o fim. Ela é a seta que aponta para mim.

Vinde a mim. Tomai o meu jugo, que é suave, e o meu fardo, que é leve, e cumprireis não só a letra, mas o coração de toda a Lei e dos Profetas.

Dois Dedos de Teologia. **TE ENSINARAM ERRADO SOBRE A LEI DO ANTIGO TESTAMENTO** . Yago Martins. Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=fL_0PHShTzE

Documento gerado em 14/01/2026 00:13:51 via BeHOLD

BeHOLD